

Aneel revisa tarifa de energia e dá fôlego à Eletronuclear

Estatual festeja revisão que fixou em cerca de R\$ 4,8 bi receita das usinas nucleares

Por Redação

A Eletronuclear celebrou a revisão tarifária anunciada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que fixou a receita de energia das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 em cerca de R\$ 4,8 bilhões para 2026. O valor representa um aumento de 17,09% em relação ao ciclo anterior. Essa atualização reforça a sustentabilidade financeira das operações e proporciona maior previsibilidade para a continuidade da operação segura e eficiente das unidades.

Essa análise também corrigiu um erro material identificado da última revisão de 2023/2024, que havia impactado de forma equivocada a remuneração da Eletronuclear. Com o ajuste tarifário recentemente homologado pela Aneel, a empresa terá um reforço de caixa de aproximadamente R\$ 140 milhões já em 2026. Isso demonstra o compromisso da agência reguladora

com a precisão técnica e com a adequada remuneração dos ativos essenciais ao sistema elétrico nacional.

Outro destaque dessa revisão é que a parcela da tarifa relativa ao fundo de descomissionamento foi zerada, representando um ganho real para o consumidor final.

“Essa decisão da Aneel confirma o posicionamento que a Eletronuclear vem reiterando publicamente: o fundo está superavitário e não necessita de novos depósitos para atingir sua meta financeira. A decisão do regulador de zerar essa parcela ratifica a condição superavitária do fundo, evitando cobrança de encargos adicionais aos consumidores e contribuindo diretamente para a modicidade tarifária”, comenta o presidente interino da Eletronuclear, Alexandre Caporal, sobre o tema.

Também está em andamento consulta pública para



Anúncio é feito um dia após Eletronuclear iniciar negociação de dívida com a CEF

revisão da metodologia de regulação tarifária do Fundo de Descomissionamento (FDES), com o objetivo de aperfeiçoar procedimentos e corrigir distorções, especialmente aquelas relacionadas à incidência de encargos tributários sobre sua constituição e rendimentos. O FDES é uma obrigação regulatória compulsória, vinculada a passivo futuro certo, devendo ser economicamente neutro para a Eletronuclear, sem gerar ganhos ou perdas, inclusive de natureza tributária.

Nesse contexto, a Eletronuclear mantém pleito em discussão junto à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) para ressarcimento de tributos históricos decorrentes da ausência de neutralidade tarifária do FDES, estimados em cerca de R\$ 1 bilhão. Segundo Caporal, “a consulta pública tende a contribuir para a consolidação da neutralidade financeira do FDES, tanto

de forma prospectiva quanto no equacionamento de pleitos em curso”.

Diante desses avanços, a Eletronuclear reafirma seu compromisso com a transparência regulatória, a sustentabilidade econômico-financeira e a segurança do sistema elétrico brasileiro, mantendo diálogo permanente com a Aneel e demais reguladores para o fortalecimento da energia nuclear como fonte firme, limpa e estratégica para a transição energética do país.

Negociação bilionária

O anúncio que deu fôlego à Eletronuclear veio exatamente um dia depois de a estatal iniciar as negociações com a Caixa suspender até o fim de 2026 os pagamentos de uma dívida de R\$ 3,8 bilhões. Motivo: a falta de recursos da empresa, que pode precisar de um socorro do Tesouro Nacional em meio à indefinição sobre o

empreendimento de Angra 3.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que Correios e Eletronuclear são as estatais que inspiram mais cuidados do governo. Como mostrou a Folha de S.Paulo, a companhia de energia tentou obter um aporte de R\$ 1,4 bilhão da União, mas sem sucesso.

De acordo com a controladora da Eletronuclear, a estatal ENBPar, a indecisão sobre Angra 3 está tornando a situação da empresa irreversível, e medidas emergenciais tomadas recentemente só resolveram a situação de caixa em 2025.

O financiamento em discussão atualmente foi assinado em 2013 para a compra de equipamentos importados e contratação de serviços para Angra 3, iniciada há cerca de 40 anos e ainda não foi concluída.

Com informações da Folhpress

Consulta ao abono salarial está disponível e primeiro lote sairá no dia 16 de fevereiro

Trabalhadores poderão consultar, a partir desta quinta-feira (5), se têm direito ao Abono Salarial em 2026, referente ao ano-base 2024. A consulta pode ser feita pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal Gov.br.

Nas plataformas, é possível verificar informações como valor do benefício, banco responsável pelo pagamento e a data específica do depósito. No total, os pagamentos somam R\$ 32,3 bilhões e são distribuídos de acordo com o mês de nascimento do beneficiário.

O valor corresponde ao valor atual do salário mínimo dividido por 12 e multiplicado pela quantidade de meses trabalhados no ano-base. Neste ano, o Abono Salarial varia de R\$ 136 a R\$

1.621.

O primeiro lote de pagamento será liberado no dia 16 de fevereiro - no valor de R\$ 2,5 bilhões - para trabalhadores nascidos em janeiro. Os valores ficarão disponíveis aos beneficiários até o fim do calendário em 30 de dezembro.

Serão contemplados 1,8 milhão de trabalhadores da iniciativa privada com inscrição no Programa de Integração Social (PIS), pagos pela Caixa Econômica Federal, em um total de R\$ 2,29 bilhões.

Outros 217,2 mil servidores públicos, com inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), receberão pelo Banco do Brasil, somando R\$ 301,9 milhões.

Têm direito ao Abono Sala-



Divulgação/CEF

Trabalhadores podem receber dinheiro em agência da Caixa

rial em 2026 o trabalhador que atende aos seguintes critérios:

- estar cadastrado no Pis/Pasep há pelo menos cinco anos, contados da data do primeiro vínculo;

- ter recebido, de empregadores que contribuem para os programas, até R\$ 2.766 de remuneração média mensal no período trabalhado;

- ter exercido atividade remu-

nerada por, no mínimo, 30 dias no ano-base, dias consecutivos ou não;

- ter os dados do ano-base informados corretamente pelo empregador no eSocial.

O pagamento do Abono Salarial pela Caixa será realizado prioritariamente por crédito em conta da Caixa, para trabalhadores que possuam conta corrente, conta poupança ou conta digital. Também poderá ser feito por meio do aplicativo Caixa Tem, em conta poupança social digital aberta automaticamente pela instituição. Para o trabalhador não correntista, o pagamento será feito em canais como agências, lotéricas, terminais de autoatendimento, entre outros.

*Andreia Verdélio – Agência Brasil